

A child in a yellow shirt is holding a globe of the Earth. The background is a soft-focus landscape with a blue sky and a sandy ground.

Trabalho Infantil | Migrações | Exploração de Crianças

Seminário | 6 de Junho de 2016
Auditório da Fraterna – Centro de Comunicação e
Solidariedade Social | Guimarães

CONCLUSÕES

I Painel	<i>Infância / Migrações / Exploração de Crianças</i>
II Painel	<i>O que a sociedade civil exige para que os direitos das crianças portuguesas sejam uma realidade</i>
III Painel	<i>Políticas para a Infância em Portugal</i>

Este coloquio, para além de fazer prova de vida da CNASTI, é fundamental para lembrar os combates passados e também ter uma ação persistente no sentido de impedir que a exploração das crianças volte a ter a relevância que teve na ordem do dia na sociedade portuguesa.

Para além disso, este coloquio é um coloquio que se realiza num contexto das comemorações do dia mundial da criança e do dia mundial na luta contra o trabalho infantil.

Este contexto global de desenvolvimento do coloquio é em larga medida marcado na agenda contemporânea pelo facto de nós vivermos numa situação de transformação muito acelerada do mundo, que tem intensificado de forma muita acentuada as condições de dominação e opressão sobre as crianças, em particular as crianças mais pobres, as crianças mais vulneráveis e as crianças mais fragilizadas, de que é o exemplo máximo as crianças que atravessam o mediterrâneo, em fuga a situações de guerra ou de exploração, procurando nos cada vez mais improváveis paraísos perdidos da europa, aquilo que é a possibilidade da simples sobrevivência.

A questão das migrações e dos refugiados é uma questão central hoje também no debate sobre a questão da exploração de crianças.

É uma questão humanitária geral, é uma questão civilizacional, é uma questão dos direitos da criança, mas é também uma questão associada à exploração das crianças, na medida em que, como múltiplos estudos têm demonstrado e varias agencias, a começar pela ACNUD (e os peritos da ACNUD estiveram aqui representados), demonstram que o fenómeno das migrações pode potenciar, através de redes de exploração, aquilo que a OIT designa por as piores formas de trabalho infantil.

E esta é uma realidade que terá de ser considerada no quadro mundial e europeu, mas também no quadro nacional.

A CNASTI renova o seu mandato ao preocupar-se com os direitos de todas as crianças, sejam essas crianças portuguesas, romenas, eritreias, sírias ou de qualquer outra nacionalidade: são todas as crianças que estão em causa, na luta contra a exploração das crianças.

Em segundo lugar isto exige uma intervenção específica, a qual tem vido a ser realizada por vários organismos no país, mas que se caracteriza, em larga medida, por lidar com situações marcadas pela ocultação e pelo desconhecimento.

Sabemos que há crianças que desaparecem nestas travessias do mediterrâneo, não apenas porque morreram nos barcos que se afundam nesse cemitério imenso em que o Mediterrâneo se tornou. Calculam-se em dezenas de milhares a crianças de quem se perdeu a rota e sabe-se mal para onde elas vão, onde é que elas estão, qual é a sua situação.

Aprofundar o conhecimento sobre essa realidade, aprofundar esse conhecimento designadamente sobre as incidências nacionais dessa realidade, é hoje uma prioridade

absoluta, que se coloca de resto ao lado de outras prioridades na produção de conhecimento sobre a infância que foram aqui hoje assinaladas e sublinhadas.

Mas não é apenas dessa situação das crianças refugiadas e migrantes que a exploração de crianças ocorre. As formas de exploração “tradicional” - tradicional, no sentido de formas de exploração de crianças associadas à produção direta, seja no meio rural, seja nos serviços, seja na área industrial ou nos meios artísticos - mantêm-se como um tema com atualidade.

Os estudos internacionais mostram que sempre que houve uma emergência decorrente do agravamento das situações de desigualdades e da pobreza, sempre que houve uma situação de crise como aquela que em Portugal tem vindo a decorrer, o incremento e desenvolvimento de trabalho infantil é um indicador presente, ao lado de outros. Desde logo, a pobreza infantil, o agravamento das situações de saúde mental, o agravamento das situações de violência na intimidade e a violência doméstica, o abandono escolar, o agravamento de situações de desviância, agravamento da desproteção. O trabalho infantil é um indicador que todos os estudos assinalam sempre que houve um momento de crise.

Em relação a todos esses indicadores temos em Portugal números relativamente precisos que mostram como a situação evoluiu (aliás apresentados durante o debate). Exceto sobre a exploração do trabalho infantil. É provável que nós não tenhamos nesta crise o mesmo tipo de agravamento da exploração económica de crianças que ocorreu em crises anteriores. Há duas razões fundamentais para isso:

Primeira razão fundamental: esta crise foi uma crise de destruição massiva de trabalho, com destruição de emprego, que envolveu também os contextos de trabalho associados à exploração de crianças. Segunda razão: a sociedade portuguesa fortaleceu-se de forma muito significativa na luta contra o trabalho infantil, a partir da ação participada das organizações e movimentos sociais (sendo fundamental, em primeiro lugar, destacar a CNAISTI, que foi a primeira e mais decisiva dessas organizações enquanto federação e organização de outros movimentos sociais), mas também do Estado, através de políticas públicas focadas que combateram o trabalho infantil, com medidas e programas como o PEETI e o PIEF. Infelizmente, essas políticas foram abandonadas sem que se tivesse estabelecido pelo menos uma relação de continuidade. O facto de elas terem sido tomadas na altura certa terá prevenido o incremento e agravamento do trabalho infantil. Porém, é importante dizer que apesar de não termos esses indicadores temos mais desconhecimento que certezas em relação a essa matéria. É provável, inclusive, que tenham vindo a recrudescer ou possam vir a recrudescer, em situações de alguma retoma económica, formas mais difusas, diluídas e dispersas de exploração do trabalho infantil, designadamente no que respeita ao trabalho domiciliário, ponto que nunca deve deixar de ser considerado e analisado adequadamente.

Temos no registo do que foi feito vários pontos favoráveis: políticas públicas convergentes no combate ao trabalho infantil que houve no passado e que importa hoje voltar a recordar e retomar; movimentos sociais ativos e uma sociedade relativamente atenta, e também (e este é talvez o mais importante de todos os fatores, apesar de todos os retrocessos dos últimos quatro anos) uma educação pública de qualidade para todos e para todas.

Temos também indicadores relativos às formas de intervenção que importa potenciar e sublinhar. Desde logo a articulação em rede, não apenas a “rede social” (que aqui foi referida) mas também as redes de sociabilidade, os modos de articulação convergente no sentido de criar uma sociedade de bem-estar para todos, onde estão envolvidos as autarquias, os movimentos sociais, os sindicatos, as associações de pais, as instituições públicas e também as escolas. É muito importante sublinhar isto: estes são os pontos fortes que importa preservar e consolidar, porque sempre que se fragilizam tornam relativamente fácil inverter resultados e situações. Apesar de tudo, a luta contra a exploração de crianças pôde resistir aos momentos mais graves de crise, designadamente decorrentes do empobrecimento e fragilização social consequente políticas dos últimos quatro anos.

Temos também uma consciência clara e esse é mais um indicador importante de que o combate infantil não pode ser feito apenas pela sociedade e tem de ser feito com políticas públicas. É importante sublinhar o compromisso praticamente unanime nesta mesa de deputados de assumir medidas públicas ao combate a exploração e a pobreza infantil.

Temos também a necessidade de considerar o papel das organizações empresariais no domínio da luta contra uma economia que faz do baixo custos de mão-de-obra e da exploração das crianças o seu fator de rentabilidade. É importante dizer que é fundamental que, do lado económico, haja também a consciência que desenvolvimento e o progresso não podem ser feitos através da exploração dos mais frágeis e vulneráveis.

Relativamente às propostas e as políticas para a infância que aqui emergem, esta é uma área que é possível estabelecer consensos alargados. Mas a existência de consensos alargados não impede a presença de alguns dissensos e é fundamental que esses dissensos sejam sublinhados, sob pena de falsos consensos impedirem o trabalho articulado sobre o que realmente importa.

Nestes debates tornaram-se relativamente consensuais três recusas fundamentais.

Primeira recusa: a realidade da exploração das crianças e a violação dos seus direitos não pode ser ocultada ou ignorada. É indispensável desenvolver um conhecimento mais profundo e mais rigoroso sobre a situação das crianças em Portugal, sobre a pobreza infantil e sobre a violação dos direitos das crianças e as situações de exploração de crianças.

Segunda recusa: não se combate a exclusão e a marginalização das crianças através de soluções expeditivas como o ensino dual ou os cursos vocacionais (entretanto já extintos), que são uma forma de aumentar ainda o isolamento e exclusão das crianças já excluídas por razões económicas e sociais

Terceira recusa: as políticas públicas contra a exploração de crianças não se podem resumir às políticas emergenciais (porque há necessidade de políticas emergenciais), a políticas puramente assistencialistas. Estas são políticas conjunturais, temporárias e que precisam de estar articuladas com políticas integradas, de alcance mais amplo.

As propostas de uma política de infância que daqui emergem apontam no sentido de um plano estratégico nacional de luta contra a exploração de crianças e a pobreza infantil. Esse plano

estratégico nacional (proposto inicialmente pela EAPN, designadamente pelo grupo de trabalho sobre a Pobreza Infantil, onde também participa a CNAISTI) terá uma focalização específica e uma dimensão estruturante, isto é, visa resolver problemas estruturais, numa perspetiva de transformação dos problemas a longo prazo.

Esta visão estruturante contida no plano estratégico parece essencial porque não é possível acabar com a exploração e com a pobreza das crianças sem que haja de facto transformações das condições materiais que produzem essa exploração e essa pobreza, condições essas relativas ao modo de produção e de distribuição da riqueza, à organização e divisão social do trabalho e às relações entre os diferentes agentes económicos.

O plano estratégico nacional deve apoiar-se num efeito conhecimento sobre a situação da infância, designadamente adotando a medida da criação do Observatório sobre a situação das crianças em Portugal, como instrumento estratégico de conhecimento global sobre esta matéria. Um observatório que seja capaz de produzir conhecimento sobre a infância, que suporte a monitorização das políticas, que promova a prospetiva, delineie os programas necessários e realize a avaliação da sua aplicação.

Um ponto muito importante na estratégia de combate à exploração das crianças é a indispensabilidade de ganhar o espaço local (e, desde logo, as autarquias e as redes sociais). O espaço local é o contexto das relações de proximidade, é o espaço onde se podem potenciar políticas ligadas ao território e às suas necessidades e é uma dimensão que não pode ser de forma nenhuma ser desconsiderada no quadro de políticas que têm evidentemente também uma abrangência nacional.

Estas políticas de infância têm que ser políticas participativas, não podem ser políticas de combate à exploração a partir de um modelo *top-down*, não podem ser políticas perspectivadas de forma centralizada, têm que contar com a participação dos atores sociais e desde logo das crianças e jovens em órgãos onde possam influenciar verdadeiramente a vida em comum.

Há várias modalidades de políticas participativas que se vêm configurando e construindo e que poderão ser instrumentos inspiradores nestas dinâmicas centradas no desenvolvimento das crianças e no combate à exploração das crianças. É importante também considerar esta dimensão participativa na relação com as crianças migrantes, isto é não se trata de fazer políticas participativas à portuguesa e para portugueses. Estas são políticas participativas transversais e também multiculturais.

Para o desenvolvimento destas políticas de infância é indispensável garantir a continuidade das alianças entre os pais, através das suas organizações, as IPSS e associações, as autarquias e as instituições sociais, designadamente, as escolas.

Evidentemente, estas políticas não podem deixar de ser políticas assumidamente públicas, no âmbito das políticas sociais do Estado e da construção do Estado Social. Estas políticas têm que ter uma dimensão institucional, articularem-se seriamente com o sistema de proteção, designadamente com as comissões de proteção de crianças e jovens, e com as outras

instituições sociais que têm como missão dedicarem-se à realização dos direitos das crianças em situações de vulnerabilidade, por exemplo crianças com deficiência ou crianças institucionalizadas.

Finalmente, a Escola é fundamental. Não é possível que este trabalho se desenvolva sem uma ação dinâmica, permanente, da escola, designadamente da escola pública, no sentido de que ela venha a ser verdadeiramente inclusiva, possa acompanhar a vida dos seus estudantes e esteja atenta aos fenómenos que atravessam a sua vida e que podem ser sintomas de exclusão e de exploração, combatendo-os. Compete à missão da escola construir trajetos verdadeiramente inclusivos para os seus alunos, fortemente ancorados no desenvolvimento dos direitos das crianças.

Guimarães, 6 de Junho de 2016

